

ASPECTOS DA EDUCAÇÃO RELIGIOSA CRISTÃ NO BRASIL: DOS JESUÍTAS ÀS MÍDIAS DIGITAIS¹

Ivan Chinato BARROZO²

Especialista em Formação de Professores
com ênfase no Ensino Superior/IFSP

Ivana Soares PAIM³

Doutoranda em Comunicação e Semiótica/PUC-SP
Docente do IFSP/Campus Suzano

RESUMO

O artigo trata de um panorama histórico do desenvolvimento da ação religiosa católica e protestante no Brasil no âmbito educacional. Objetiva mostrar que nos primórdios da colonização do Brasil, a educação religiosa era soberana, embora tenha se separado da educação laica a partir da adesão dos portugueses aos ideais iluministas do século XVIII, o que se reflete até os dias de hoje como registrado em algumas constituições do país. Além disso, indica quão tênue pode ser a linha que separava a educação dita formal da educação religiosa nos dias atuais devido à ação das igrejas nas redes sociais e demais meios de comunicação. Adota como aporte teórico os autores Hanna Arendt, Maria Stephanou, Maria Helena Bastos e Luís Mário Sá Martino; como procedimentos metodológicos, a pesquisa bibliográfica e o estudo de conceitos como os de educação, ensino formal, não-formal e informal. Conclui que embora tenha havido a separação entre educação religiosa e laica ao longo da história do país, as novas interpretações dos conceitos de educação formal e não-formal e a ação das igrejas nas mídias vêm mostrando que a educação religiosa não perdeu sua força.

Palavras-chave: Educação religiosa. Educação laica. Panorama histórico. Mídias.

Introdução

Este artigo tem por objetivo mostrar o desenrolar da educação religiosa no Brasil, desde o período colonial até os dias de hoje, com o uso das redes sociais e mídias tradicionais por algumas igrejas. Para isso, lança mão de conceitos revistos como os de educação, educação formal, não-formal e informal, que permitem repensar as características da educação religiosa no Brasil. A partir desses conceitos, pretendemos

¹ Resultado da monografia apresentada para obtenção da titulação de especialista no IFSP-SP, no Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Formação de Professores com Ênfase no Ensino Superior.

² Endereço eletrônico: ivan.chinato@ig.com.br

³ Endereço eletrônico: iveblackwell@gmail.com

apresentar esse panorama; pontuar a separação do ensino religioso confessional daquele não confessional; e abordar como escolas e instituições religiosas vêm oferecendo educação religiosa ou sobre religião.

Este artigo mobilizou alguns estudos sobre educação como os de Arendt, Gohn e Passmore, assim como os de Maria Stephanou, Maria Helena Bastos e os de Edivaldo Boaventura para abordar aspectos históricos. Para delinear os traços da educação religiosa oferecida por intermédio dos meios de comunicação, forma considerados especialmente os estudos de Martino.

Nos itens seguintes, serão respectivamente apresentados: os apontamentos dos autores citados sobre os conceitos de educação; os panoramas do desenrolar da educação religiosa que se deu no Brasil desde a época da vinda dos jesuítas até a exploração das mídias como instrumentos auxiliares de doutrinação e propagação do ensino religioso; e as considerações finais, que delineiam os traços que vêm tomando a educação religiosa no país.

Sobre os conceitos de educação, ensino e educação religiosa

A educação é um processo social e, assim, desenvolve-se conforme os valores e os interesses de uma determinada sociedade. Como afirma Arendt, “a educação é o processo contínuo de inserção dos recém-chegados a um mundo que lhes antecede” (ARENDR, 2005, p. 223-225). César e Duarte, ao fazer uma leitura da obra de Arendt, explicam que a autora entende o mundo como uma construção humana, constituída por artefatos e instituições duráveis para garantir a existência dos indivíduos. No pensamento de Arendt, continuam os autores, o mundo refere-se também àqueles assuntos que as pessoas estabelecem quando entram em relações políticas umas com as outras. Nesse sentido, o mundo também designa aquele espaço institucional que deve sobreviver ao ciclo natural da vida e da morte das gerações, a fim de que se garanta alguma estabilidade a uma vida que se encontra em constante transformação (ARENDR, 1995, citada por CESAR; DUARTE, 2010, p. 825). Dessa maneira, a compreensão de educação de Arendt reforça a ideia de educação como o encontro entre a tradição e o novo e permite que se reconheça dentro do âmbito educacional, tanto seu aspecto

formal, quanto informal, pois inserir o recém-chegado a um mundo, ou campo da cultura que antes desconhecia, é uma prática que pode acontecer sistematicamente ou não, à medida que a inserção do indivíduo em diversos mundos inicia no seu nascimento e só deixa de acontecer com sua morte.

Geralmente, como afirmam Cascais e Térán, a diferença entre educação formal, não formal e informal é estabelecida tomando por base o espaço escolar. São consideradas como informais as ações realizadas em outros locais diferentes da escola. Nos países latinos e lusófonos, os termos “não formal” e “informal” são aplicados à educação, sendo o primeiro associado a instituições como museus, centros culturais, ONGs, e o segundo, à mídia (CASCAIS; TÉRAN, 2014, p. 2). Contudo, os autores ampliam o entendimento desses conceitos ao apresentar a perspectiva de Gohn sobre eles, que oferece a possibilidade de encaixar a educação religiosa confessional no âmbito formal, não formal e informal, dependendo da maneira com que é desenvolvida pelas instituições religiosas ou por membros da sociedade que compartilham determinadas crenças comuns a uma religião. Para Gohn, afirmam os autores, a educação formal tem um espaço próprio para ocorrer, ou seja, é institucionalizada e prevê conteúdos, enquanto a educação informal pode ocorrer em vários espaços, envolve valores e a cultura própria de cada lugar. Já a educação não formal ocorre a partir da troca de experiências entre os indivíduos, sendo promovida em espaços coletivos. Quanto aos objetivos de cada uma das modalidades, Gohn destaca para a educação formal os concernentes ao “ensino e aprendizagem de conteúdos historicamente sistematizados”, que preparam o indivíduo para atuar em sociedade como cidadão ativo. A educação informal tem como objetivo socializar os indivíduos e desenvolver hábitos e atitudes. Já a finalidade da educação não formal é proporcionar conhecimento sobre o mundo que envolve os indivíduos e suas relações sociais (GOHN, 2006, citado por CASCAIS; TÉRAN, 2014, p. 3). Assim, se as igrejas são consideradas instituições, a educação que algumas delas oferecem a seus seguidores pode ser sistematizada historicamente, e seus dirigentes podem ter como meta a formação de indivíduos capazes de atuar em sociedade imbuídos de seus valores e de suas doutrinas. A educação religiosa confessional pode também almejar o desenvolvimento de hábitos e de atitudes arraigados a seus preceitos.

Ao considerar o que diz Bourdieu sobre o campo religioso, é possível entender que a educação religiosa confessional, promovida pela escola confessional ou pela igreja, tem por intenção conquistar o monopólio da gestão dos bens de salvação e do exercício legítimo do poder religioso enquanto poder de modificar em bases duradouras as representações e as práticas dos leigos, ao inseri-los num hábito religioso, gerador de pensamentos, percepções e ações, segundo as normas específicas de uma representação religiosa do natural e sobrenatural, ajustadas a uma ideologia (BOURDIEU, 2013, p. 57).

Outro conceito que deve ser levado em conta ao tratar de educação, e assim, evitar ambiguidade, é o conceito de ensino. Para Libâneo, o ensino é o principal meio e fator da educação, por isso, destaca-se como campo principal de instrução sistematizada pelo trabalho docente, ou seja, é a efetivação da tarefa de ensinar (LIBÂNEO, 2007, p. 34). Já Passmore, embora assuma a grande dificuldade de encontrar uma definição para a palavra “ensino”, posto que, ao longo dos anos, ela vem sendo aproximada de diversas concepções, identifica em seu cerne a intenção de se promover o aprendizado de alguém. O autor aponta a estrutura tripartida do ensinar ao dizer: quem ensina, ensina algo a alguém (PASSMORE, 1980, p. 30). Portanto, é possível aproximar a ideia de ensino ao campo da educação formal e não formal, sistematizadas, em que há claramente a intenção de alguém ensinar algo a outrem. No campo informal, ainda que haja aprendizado, a intencionalidade do ensinar nem sempre existe.

Portanto, a educação religiosa abordada neste artigo ocorre no âmbito formal, institucionalizado, ou seja, aquela realizada intencionalmente por escolas confessionais ou plurirreligiosas, e por igrejas e seus dirigentes, no âmbito não formal, muitas vezes mediada por aparatos radiofônicos, televisivos ou digitais; e não trata, contudo, da educação religiosa realizada pela família ou em ambiente doméstico, cujos processos de aprendizagem envolvidos nem sempre têm a intenção clara do ensinar.

Por se tratar de um tipo de educação religiosa institucionalizada, intencional e sistematizada, quer seja no sentido confessional ou laico, este texto poderá, vez por outra, lançar mão da palavra “ensino religioso” como sinônimo de “educação religiosa”.

Panorama social e histórico da educação religiosa no Brasil: dos jesuítas aos dias atuais

O principal objetivo da prática educativa jesuítica, durante a colonização do Brasil nos séculos XVI e XVII, não era a busca pelo conhecimento, o diálogo sobre os diversos saberes ou mesmo a criação e educação de indivíduos questionadores como vemos na educação atual, e sim, manter a preponderância da doutrina católica e os fundamentos culturais a ela associados (STEPHANOU; BASTOS, 2012, p. 93). Temos, portanto, o início da educação jesuítica em nosso país associado intrinsecamente à religião, pois, no Velho Mundo, a Igreja católica reinou soberana desde a Idade Média, influenciando na tomada de decisões dos governantes, ditando as regras de conduta e as normas para a vida de toda a sociedade, desde o mais simples camponês até o mais poderoso membro da nobreza, e, por conseguinte, para as colônias.

Então, na metade do século XVI, o controle do ensino no Brasil ficou sob a responsabilidade dos jesuítas, membros da Igreja católica, que vieram auxiliando o movimento de contrarreforma, luta da Igreja católica dominante contra os protestantes, a fim de não perder terreno e muito menos fiéis ao novo movimento. Propunham a missão de catequizar os nativos da terra recém-colonizada, os índios, e também, como salientam Stephanou e Bastos, “formar os espíritos de acordo com a doutrina católica” (STEPHANOU; BASTOS, 2012, p. 73). Embora a formação intelectual também merecesse a atenção dos jesuítas, continuam os autores, ela só era importante quando inscrita num projeto educativo que tivesse em vista formar católicos virtuosos, ou seja, quando fosse conveniente aos seus ideais (STEPHANOU; BASTOS, 2012, p. 73).

A educação jesuítica baseava-se na *Ratio Studiorum*, documento que regulamentava o funcionamento dos estabelecimentos jesuítas e universalizava sua prática educativa, além de submeter os educandos a rígidas práticas de correção, como ajoelhar-se no milho, levar chibatadas e refazer o mesmo exercício várias e várias vezes (GOMEZ, 1995, citado por STEPHANOU; BASTOS, 2012, p. 60). A tradição dessas práticas, que leva à compreensão do erro como algo a ser punido, pode justificar o medo de avaliações, que muitos alunos sentem até os dias de hoje. Felizmente, o errar já é visto como parte do processo de aprendizagem, uma oportunidade de aprender a partir de uma nova abordagem, sendo a punição algo impositivo da disciplina jesuítica,

criticada por Foucault. Segundo ele, “o poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior adestrar” (2014, p. 167).

Para a educação jesuítica, o amor devia acompanhar o medo e a ameaça; a ira do pai e do mestre se justificavam em relação ao filho e ao discípulo desde que representassem uma forma de atribuir àqueles respeito e obediência (STEPHANOU; BASTOS, 2012, p. 70).

Na segunda metade do século XVII, o Marquês de Pombal assume a posição de secretário do governo na coroa portuguesa e, “após uma intensa luta política e diplomática, inclusive junto à Santa Sé, o governo português conseguiu expulsar os jesuítas de seus domínios, inclusive do Brasil, em 1759” (STEPHANOU; BASTOS, 2012, p. 53). Conseqüentemente, a partir desse evento, tanto no Brasil como em Portugal, ocorreu na educação a introdução da Filosofia moderna, da lógica racional e também dos saberes firmados na ciência (STEPHANOU; BASTOS, 2012, p. 53). Essa época ficou conhecida como pombalismo, em referência ao seu líder. Os educadores iluministas apoiavam o entusiasmo pela análise crítica, a busca do conhecimento pelo estudo das diferentes linhas de pensamentos, a fundamentação científica, ou seja, as explicações baseadas na razão.

Sobrevindo às Guerras Napoleônicas, em 1808, chega ao Brasil a família real, existindo a urgência de educação aos membros da corte recém-chegada, tanto a mais básica quanto a superior. Introduzem-se então as primeiras universidades em nosso país, sempre atendendo às demandas da nobreza. Boaventura (2009, p. 131) afirma que: “[...] originou-se o ensino superior por ordem de faculdades. Os principais tipos de ensino foram o médico, os cursos jurídicos, seguidos do militar e profissional, das aulas e cursos isolados e das instituições culturais”.

Os cursos de medicina são criados para o saneamento público e para que inicialmente a saúde dos nobres fosse preservada e conseqüentemente os cursos de direito para manutenção das leis.

Mesmo na época da independência de nosso país, a educação não teve um processo político pedagógico. Somente com a proclamação da República e por uma forte influência do positivismo, houve a ruptura entre Igreja e Estado em bases legais, ocorrida em 15 de novembro de 1889 e registrada em constituição. Rui Barbosa redigiu

o Decreto 119-A, de 7 de janeiro de 1890, separando definitivamente o Estado e a Igreja Católica no Brasil:

Art. 1º - É proibido à autoridade federal, assim como a dos Estados federados, expedir leis, regulamentos ou atos administrativos, estabelecendo alguma religião, ou vedando-a, e criar diferenças entre os habitantes do país, ou nos serviços sustentados à custa do orçamento, por motivos de crenças, ou opiniões filosóficas, ou religiosas. (BRASIL, 1890)

O Brasil torna-se dessa maneira um Estado Laico, e conforme a lei, todas as religiões devem ser respeitadas. Muitos dos presidentes do Brasil, de 1894 até 1930 (República Velha), foram advogados formados em sua maioria pela Universidade de Direito do Largo de São Francisco em São Paulo e, apesar do Brasil ser um Estado Laico e da existência de um novo regime político, o país continuava com as desigualdades sociais e raciais até hoje persistentes.

Na educação básica, apesar da laicidade do Estado, o ensino religioso é lecionado nas escolas públicas, principalmente a partir dos anos 30 e 40, em que o governo ditatorial da época, tendo por objetivo obter o apoio da Igreja católica, cria o decreto nº. 19.941, de 30 de abril de 1931, que instituiu o ensino religioso nos cursos primário, secundário e normal. Durante o Regime Militar, principalmente a partir de 1968, com o Ato Institucional nº 5 (AI-5), houve conflitos entre a Igreja e o Estado, sendo desde então o ensino religioso facultativo nas escolas do Brasil.

A partir do século XX, pela necessidade de criar indivíduos aptos ao trabalho industrial, a educação brasileira passa a ser guiada por um viés tecnicista, sendo que aquela abordagem almejava especificamente preparar profissionais que atuariam nas indústrias. A procura por indivíduos com formação técnica tem aumentado desde então, o que resultou a mercantilização de cursos superiores voltados às áreas de tecnologia.

É importante ressaltar que há atualmente no meio acadêmico a disciplina e área de conhecimento chamada de Ciência da Religião, que tenta aproximar a religião à ciência, separadas desde o final da Idade Média, pelo surgimento do Renascimento, momento em que os grandes pensadores reverberaram os conhecimentos científicos. É possível definir a Ciência da Religião como:

[...] uma área de conhecimento com episteme própria, fundamentada na concepção de que o eixo da religiosidade é uma forma entre tantas outras, de explicar a existência humana. Seu objeto de estudo é a análise dos elementos comuns e específicos às diversas religiões, isto é, o fenômeno religioso em si e nas suas múltiplas expressões. Assim seu objeto é maior que a confessionalidade presente em cada denominação religiosa. Trata-se de uma ciência construída, em seus princípios e métodos, dentro da tradição das ciências modernas [...]. (JUNQUEIRA; MENEGHETTI; WASHOWIZ, 2002, citados por MARCOS, 2010, p. 77)

Entendemos que, a partir do século XXI, a religiosidade pode ser considerada como parte da condição humana e de sua consciência e pode caminhar ao lado da ciência e da filosofia nos currículos das escolas e das universidades, sendo a Ciência da Religião uma área do conhecimento que nutrirá a necessidade dos educandos de compreender não somente a sua religião, como também a religião do outro, num exercício de diálogo e respeito, além de capacitar as pessoas para o estudo, pesquisa e análise do fenômeno religioso em diferentes campos da cultura e da sociedade.

A educação religiosa confessional e as mídias nos séculos XX e XXI

É difícil pensar numa educação religiosa que não esteja atrelada também à expansão da igreja a qual está vinculada. Nesse movimento de expansão ou busca por fiéis, as igrejas vêm adaptando seus ensinamentos e mensagens religiosas às linguagens midiáticas que lhes asseguram ampla divulgação. Nesse sentido, é possível pensar em midiaticização, ou o processo de diálogo entre práticas sociais que antes existiam separadamente, como a religiosa e a televisiva, por exemplo (JENKINS, 2009, p. 29-30). Nesse processo, as igrejas vão adaptando seus discursos aos formatos e usos das mídias, modificando-os para que melhor alcancem o espectador ou potencial fiel.

Segundo Martino, as primeiras tentativas de uso das mídias para a transmissão de mensagens religiosas aconteceram na década de 1930, quando o padre católico Charles Coughlin estreou um programa de rádio religioso nos Estados Unidos (MARTINO, 2016, p. 39-40). Seu discurso pretendia muito mais disseminar ideias antissemitas e de apoio a Hitler do que propriamente tratar de ensinamentos religiosos,

o que deflagrou a proibição de seu programa pelo presidente Roosevelt em 1939. Contudo, afirma Martino, Coughlin havia aberto uma nova possibilidade de propagação de mensagens religiosas, até então limitadas aos templos e igrejas. Na mesma época, continua o autor, a BBC passou a transmitir pelo rádio as orações matinais anglicanas diretamente da Abadia de Westminster e a missa completa aos domingos. A utilização da mídia, até então, era feita mais como um acessório do que uma nova linguagem (MARTINO, 2016, p. 40).

Foi apenas em 1940 que sacerdotes católicos e protestantes passaram a se utilizar dos meios de comunicação como o cinema, o rádio e a imprensa para divulgar suas mensagens religiosas, adaptando-as às características de cada meio; sendo que pouco depois, a televisão seria também adotada por alguns dirigentes religiosos, explica Martino. Esses dirigentes adequavam meio e mensagem no uso da televisão ao editar imagens e ao variar o enquadramento, não filmando as cerimônias simplesmente, mas recriando-as segundo a linguagem televisiva (MARTINO, 2016, p. 40).

Para Martino, a geração de “televangelistas”, que inclui Rex Humbert e Jimmy Swaggart pode ser considerada a primeira efetivamente midiaticizada, pois esses dirigentes garantiram a existência de suas igrejas graças à adequação de seu discurso religioso à linguagem do entretenimento. No Brasil, continua o autor, o processo de midiaticização da religião ganhou força com as igrejas protestantes surgidas a partir de meados do século XX (MARTINO, 2016, p. 40-41). Naqueles anos entre 1960 e 1970, houve a consolidação de pregações feitas pelo rádio e uma enorme expansão delas feita na televisão. Durante os anos de 1980, as igrejas neopentecostais aprimoraram o uso do discurso religioso ao meio televisivo, mas a internet e as mídias digitais só iriam começar a aparecer nesse cenário a partir de 1995. A partir dos anos 1990, diz Martino, o padre Marcelo Rossi divulga sua mensagem religiosa a partir de um modelo baseado na linguagem televisiva, apelidada por jornalistas da época de “showmissa”, tendo também atuado e financiado filmes como *Irmãos de fé* e *Maria, a mãe do filho de Deus*, já nos anos 2000 (MARTINO, 2016, p. 41-42). Então, é possível notar que ao longo dos séculos XX e XXI os ensinamentos religiosos vêm sendo adequados às linguagens midiáticas disponíveis como o rádio, a televisão, o cinema e atualmente, a internet.

Usando um vocabulário próximo ao de cantores, atores ou apresentadores de tevê, tanto os padres católicos como Marcelo Rossi e Fábio de Mello, quanto os bispos de igrejas neopentecostais como Macedo e Valdemiro Santiago, conseguiram rapidamente um grande espaço na televisão. No caso dos padres católicos, até mesmo a Rede Globo concedeu-lhes certa atenção e espaço. Além do campo televisivo, lembra Martino, há toda uma produção de CDs, DVDs, livros de orações e autoajuda que deve ser considerada nesse processo de câmbio de bens simbólicos religiosos (MARTINO, 2016, p. 43).

Atualmente, tevês a cabo, *online* e sites de compartilhamento de vídeo como o YouTube têm ampliado o acesso de muitas pessoas a produções televisivas, antes somente disponíveis na tevê aberta. Redes sociais como o Facebook, WhatsApp, ou Twitter também têm sido utilizadas como novos espaços de divulgação de ensinamentos religiosos pelos dirigentes de igrejas, que adaptam seu discurso às linguagens desses meios. Um exemplo é a divulgação no Facebook do programa *Punto de Luz*, presidido pelo bispo Guaracy Santos, da Igreja Universal do Reino de Deus. O horário do programa é anunciado no próprio site, e ao iniciar, os ouvintes são convidados a deixar suas mensagens e *likes* para o bispo. Mesmo depois de terminado, o programa fica inteiramente disponível aos visitantes do Facebook, que podem continuar a enviar mensagens ao bispo, ou a outros ouvintes, além de ter acesso ao conteúdo do programa, que trata de ensinamentos da Igreja Universal de como proceder para ter uma vida próspera e livre de infortúnios, entre outros.

Os programas religiosos, sejam eles católicos ou protestantes, aqui citados, seguem um roteiro e são preparados, assim como os discursos de seus dirigentes, que têm por finalidade convencer seus fiéis a permanecer ligados às suas respectivas religiões e igrejas por meio de seus ensinamentos. Com esses programas, esses dirigentes almejam também angariar mais e mais fiéis, assegurando a existência de suas igrejas como instituições legitimadas pela sociedade.

Considerações finais: uma educação baseada no respeito e na aceitação das diferenças

Podemos concluir que assim como a educação laica, a educação religiosa está ligada ao ensino de valores éticos e morais, correspondentes a uma doutrina, quando confessional, e pode ser disponibilizada por escolas, igrejas ou demais instituições, cujos direitos estão assegurados pela constituição de 1988, que prevê liberdade de culto e pensamento. Contudo, este nem sempre foi o pensamento vigente no Brasil, que dos tempos da colonização até o advento da república não estabelecia uma divisão clara entre ensino laico e confessional, o que ocorreu a partir da constituição de 1890. Desde então, o ensino religioso confessional pôde adotar diretrizes que reforçavam ou não seu comprometimento com as classes dominantes. Ressaltamos que o ensino religioso, historicamente associado à dominação social e econômica encontrou nos tempos de ditadura militar um momento de maior aproximação a concepções libertárias, como exemplifica Severino ao falar sobre a cosmovisão católica, que contraditoriamente “serviu de ideologia adequada para a promoção e a defesa dos interesses da classe dominante, ao mesmo tempo que fundamentava a legitimação, junto às classes dominadas [...] marcada pela exploração e dominação da maioria por uma minoria” (SEVERINO, 1986, p.70).

Atualmente, a abordagem de assuntos sobre religião ganha uma nova alternativa nas escolas, tanto laicas quanto pluriconfessionais, se levam em conta os estudos da Ciência da Religião, área do conhecimento que oferece a oportunidade de compreender as religiões dentro de uma perspectiva antropológica e sociológica, ao tratar da religiosidade e de suas variadas formas de expressão.

Contudo, é importante lembrar que o ensino religioso confessional não perdeu sua força até os dias de hoje, pois existe de forma sistematizada, formal e não-formalmente em escolas confessionais e instituições religiosas. Essas últimas vêm se destacando pelo uso dos meios de comunicação para propagar seus ensinamentos e angariar mais seguidores, e nesse processo, alteram suas práticas religiosas para atualizar-se e justificar sua presença na sociedade.

A educação religiosa confessional desenvolvida formalmente em escolas preocupa-se em ensinar hábitos e valores arraigados a seus preceitos e também aos

princípios morais e éticos fundamentados na constituição. Assim, acreditamos que possa ser desenvolvida nas escolas públicas e privadas, em âmbito facultativo, atendendo aos interesses da comunidade em que a escola está inserida, como determina a lei.

Pensamos que a educação seja um processo amplo e contínuo de formação do indivíduo, não importando se ligada aos valores de uma ou outra comunidade, seja ela religiosa ou não, contanto que promova o bem comum, o respeito e a aceitação das diferenças. Se educadas segundo esses valores nos âmbitos formais e não-formais, as pessoas seriam capazes de tratar com maior cuidado e disponibilidade de compreensão as escolhas alheias, tanto na esfera pública, predominantemente nas redes sociais, quanto privada.

“Educar para compreender a matemática ou uma disciplina é uma coisa; educar para a compreensão humana é outra coisa” (MORIN, 2011, p. 81).

Referências

ARENDDT, Hanna. *Entre o passado e o futuro*. Trad. Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2005.

ARENDDT, Hanna. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo/Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

BOAVENTURA, Edivaldo Machado. *A construção da universidade baiana: objetivos, missões e afrodescendência*. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/4r/pdf/boaventura-9788523208936-08.pdf>.

Acesso em: 01 mai.2017

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. Introdução, Organização e Seleção Sergio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2013.

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891*. Decreto 119-A, de 7 de janeiro de 1890. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm.

Acesso em 28 abr.2017.

CASCAIS, Maria da Graça A.; TÉRAN, Augusto F. “Educação formal, informal e não formal na educação em ciências”. *Ciência em Tela*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 1-10, 2014.

CÉSAR, Maria Rita de Assis; DUARTE, André. “Hanna Arendt: pensar a crise da educação no mundo contemporâneo”. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 36, n. 3, p. 823-837, set-dez, 2010.

GOHN, Maria da Glória. “Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas”. *Ensaio: avaliação e políticas públicas na educação*. Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, jan-mar, 2006.

JENKINS, Henry. *Cultura da convergência*. São Paulo: Aleph, 2009.

JUNQUEIRA, Sergio Rogério Azevedo; MENEGHETTI, Rosa Gitana Krob; WASCHOWICZ, Lilian Anna. *Ensino Religioso e sua relação pedagógica*. Petrópolis/rj: Vozes, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 2007.

MARCOS, Willian Ramos, *Modelos de ensino religioso: Contribuição das Ciências da Religião para a superação da confessionalidade*. 2010. 152f. Dissertação (Mestrado em ciências da religião). Universidade Católica de Minas Gerias. Disponível em: http://www.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI2010112416_0403.pdf. Acesso em: 28 abr.2016.

MARTINO, Luís M. Sá. *Mídia, religião e sociedade: das palavras às redes digitais*. São Paulo: Paulus, 2016.

MORIN, Edgar. *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PASSMORE, John. *The philosophy of teaching*. Londres: Duckworth, 1980.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Educação, Ideologia e Contra ideologia*. São Paulo: EPU, 1986.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs.). *Histórias e memórias da Educação no Brasil*, vol 1: séculos XVI – XVIII. Petrópolis/RJ: vozes, 2004.

**ASPECTS OF THE CHRISTIAN RELIGIOUS EDUCATION IN
BRAZIL: FROM THE JESUIT ONE THROUGH THE USE OF
DIGITAL MEDIA**

ABSTRACT:

This article brings a historical outline of the religious education developed in Brazil since its jesuitic form through the uses of digital media by religious institutions. It aims to show the way this kind of education was taken during the colonial period of the country and how it has been separated from the lay education since the XVIII century, due to the Enlightenment ideals, that are still reflected in some of our constitutions. Moreover, it indicates how subtle can be the borderline between formal education and religious one, because of the participation of some Churches in the social nets as well as in the media. This article considers the studies of Hanna Arendt, Maria Stephanou, Maria Helena Bastos and Luís Mário Sá Martino. Its methodology consists of a bibliographic research and a study of concepts such as education, formal and informal education and religious one. It ends up concluding that although there have been a separation between lay and religious education, the last one has not lost its importance in the Brazilian society these days, especially if the action of Churches in the media is taken in account.

Key-words: Religious Education. Lay Education. Historical outline. Media.

POSGERE, v. 1, n. 2, mai.2017, Número Especial Formação de Professores